



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO - CGA

Sigla: **TJPA**

Órgão: **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

Autoridade Máxima: **Célia Regina de Lima Pinheiro**

Resp. pela Informação: **Coordenadoria Geral de Arrecadação**

Mês de Referência: **JUN/2019**

Data de Publicação: **17/07/2019**

**RECEITA DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ**

**Ano: 2019**

(R\$)					
Mês	1- Recurso a título de Serviços Extrajudicial	2- Recurso a título de Custas Judiciais	3- Recurso a título de Taxa Judiciária	4- Demais recursos conf. Previsto em Leis específicas	TOTAL
Janeiro	3.929.208,59	3.512.721,74	2.120.959,40	2.358.835,07	<b>11.921.724,80</b>
Fevereiro	4.281.836,98	3.584.013,51	2.173.951,51	2.553.076,70	<b>12.592.878,70</b>
Março	3.527.137,30	3.213.047,12	1.995.650,12	2.150.367,60	<b>10.886.202,14</b>
Abril	3.835.822,87	3.865.438,15	2.354.285,70	2.107.086,06	<b>12.162.632,78</b>
Mai	4.165.704,74	4.174.775,74	2.526.112,66	2.503.122,20	<b>13.369.715,34</b>
Junho	4.180.802,66	3.326.102,13	2.256.255,33	4.806.670,60	<b>14.569.830,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.920.513,14</b>	<b>21.676.098,39</b>	<b>13.427.214,72</b>	<b>16.479.158,23</b>	<b>75.502.984,48</b>

Fontes: Banpará e Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial - SIAE

Fundamento Legal: Lei Complementar nº 21 de 28 de fevereiro de 1994

Notas:

1- taxa de fiscalização extrajudicial, selos de segurança, taxa de distribuição de protestos e excedente da remuneração de interinos.

2- custas do 1º grau, custas do 2º grau, custas dos juizados especiais, taxa de fiscalização judicial e dívida ativa.

3- taxa judiciária

4- rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimento sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais Lei nº 6.750/05

5- Em Dezembro de 2021 foi feita retificação do mês de Junho 2019 nos recursos a título de custas judiciais que passou de R\$ 3.316179,67 para R\$ 3.326.102,13, recursos a título de taxas judiciárias que passou de R\$ 2.255.758,78 para R\$ 2.256.255,33 e demais recursos conforme previsto em leis específicas que passou de R\$ 4.806.669,60 para 4.806.670,60. O motivo da retificação foi adequação da publicação a informação de pagamento identificado no Sifem que reflete o regime de caixa, ou seja, valores efetivamente pagos no mês.